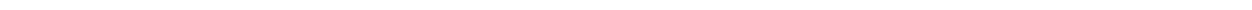




Energisa Nova Friburgo | Resultados de 2013

**Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A**

**Relatório da Administração e  
Demonstrações Financeiras de 2013**



Nova Friburgo, 18 de março de 2014 - A Administração da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Nova Friburgo” ou “Companhia”) apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2013, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 14 de março de 2014.

## 1 - Considerações gerais

A Energisa Nova Friburgo é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 98 mil consumidores e uma população de aproximadamente 190 mil habitantes no município de Nova Friburgo no estado do Rio de Janeiro.

A Energisa Nova Friburgo manteve, em 2013 o foco na excelência na prestação de serviços e no relacionamento com os consumidores. Essa característica evidencia a posição privilegiada dos indicadores de satisfação em pesquisas com os consumidores.

Orgulhosamente acompanhando a repercussão da ação solidária liderada pela Companhia em 2011, que angariou fundos para ajudar microempresários que tiveram grandes prejuízos com as chuvas daquele ano, em 2013 foi realizado um levantamento que constatou que o polo de moda íntima de Nova Friburgo e região conseguiu se recuperar com o apoio de empresas como a Energisa Nova Friburgo. A ação continua gerando emprego e renda para o município, já que muitos empresários beneficiados conseguiram até mesmo ampliar seus negócios.

## 2 - Investimentos

Com foco em projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, a Energisa Nova Friburgo alcançou a excelente marca de 99,9% de disponibilidade de energia aos clientes ao longo do ano. Os investimentos em 2013 totalizaram R\$ 8,5 milhões, sendo de se destacar:

- i) a ampliação de 10% da automação das redes de distribuição, com grande impacto no tempo de manobras para restabelecimento de energia elétrica;
- ii) a manutenção preventiva em alimentadores de distribuição;
- iii) a instalação de nova repetidora para rádio VHF em Amparo, a fim de ampliar o sistema de comunicações na região de Mury, Amparo e Lumiar;
- iv) a instalação de banco de capacitores nas subestações de Conquista e Centenário, que contribuem com melhoria do nível de tensão; e
- v) a reforma de 58 circuitos de baixa tensão.

O quadro a seguir apresenta a evolução dos principais ativos operacionais da Companhia no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2013	Dez / 2012	Acréscimo 2013/2012
Subestações - nº (*)	6	6	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	127	127	-
Linhas de transmissão - km	16	16	-
Redes de distribuição (próprias) - km	2.008	1.870	+ 138
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	3.405	3.375	+ 30
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	153	153	-

### 3 - Desempenho econômico-financeiros

#### 3.1 - Destaques: resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Descrição	2013	2012 (Ajustado)	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	147,1	160,5	- 8,3
Receita Operacional Líquida	100,0	101,4	- 1,4
Receita Operacional Líquida, sem Receita de Construção	91,7	91,1	+ 0,7
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	11,2	6,4	+ 75,0
EBITDA	15,6	10,5	+ 48,6
EBITDA Ajustado (EBITDA mais Acréscimos Moratórios de Contas de Energia)	17,0	12,1	+ 40,5
Resultado Financeiro	(1,1)	14,7	-
Lucro Líquido	6,9	14,0	- 50,7
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	141,2	133,6	+ 5,7
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	9,0	9,2	- 2,2
Patrimônio Líquido	60,7	58,5	+ 3,8
Endividamento Líquido	52,6	45,9	+ 14,6
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	98,4	96,0	+ 2,5
Vendas de Energia a Consumidores Cativos (GWh)	338,6	326,7	+ 3,6
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	339,6	327,1	+ 3,8
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	17,0	11,9	+ 5,1 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado (vezes)	3,1	3,8	- 18,4

#### 3.2 - Ambiente regulatório - reajuste tarifário

Em 30 de janeiro de 2013, através do Decreto nº 7.891, as tarifas de energia elétrica no país sofreram um decréscimo médio de 20% em face da redução de encargos setoriais e condições impostas na renovação das concessões de determinadas geradoras. Posteriormente, a Energisa Nova Friburgo obteve um aumento médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 15,42%, a partir de 18 de junho, sendo que para os consumidores de baixa tensão houve um aumento de 15,13% e para os de média e alta tensão de 16,44%. A Aneel também homologou em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891/2013, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a serem repassados pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras) referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 0,9 milhão para a Companhia. O valor foi registrado pela Companhia como receita de venda de energia.

#### 3.3 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

Em 2013, a Energisa Nova Friburgo registrou lucro líquido de R\$ 6,9 milhões, ante os R\$ 14,0 milhões registrados em 2012. Essa redução decorre do resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeira) que passou de receitas financeiras líquidas de R\$ 14,6 milhões, em 2012, para uma despesa financeira líquida de R\$ 1,1 milhão, em 2013. Já a geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 17,0 milhões em 2013, contra os R\$ 12,1 milhões em 2012, aumento de 40,5%. Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	2013	2012 (Ajustado)	Var. %
(=) Lucro Líquido	6,9	14,0	- 50,7
(-) Contribuição social e imposto de renda	(3,1)	(7,0)	- 55,7
(-) Resultado financeiro	(1,1)	14,6	-
(-) Depreciação e amortização	(4,5)	(4,1)	+ 9,8
(=) Geração de caixa (EBITDA)	15,6	10,5	+ 48,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,4	1,6	- 12,5
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	17,0	12,1	+ 40,5
Margem do EBITDA Ajustado	17,0	11,9	+ 5,1 p.p

## Resultados de 2013

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2013, a Companhia já distribuiu dividendos intercalares à conta do exercício no valor de R\$ 2,4 milhões, pagos em:

- i) 18 de junho de 2013, correspondentes a R\$ 0,9 milhão (R\$ 67,1352550 por ação);
- ii) 20 de agosto de 2013, no valor de R\$ 1,5 milhão (R\$ 108,4902778 por ação);

Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 4,2 milhões (R\$ 256,0690543 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício, no valor de R\$ 6,6 milhões, representam 95,7% do lucro líquido apurado pela Companhia.

### 3.4 - Despesas operacionais

Em 2013, as despesas operacionais totalizaram R\$ 88,8 milhões, redução de 6,5% (R\$ 6,2 milhões) em relação a 2012. As despesas controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) cresceram 2,3% (R\$ 1,0 milhão), para R\$ 27,1 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 2,9% (R\$ 1,5 milhão).

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	2013	2012 (Ajustado)	Varição em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	27,1	26,1	+ 1,0
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	8,9	9,1	- 0,2
1.2 Material	1,0	1,0	-
1.3 Serviços de terceiros	17,2	16,0	+ 1,2
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	49,7	51,2	- 1,5
3 - Depreciação e amortização	4,5	4,1	+ 0,4
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(0,2)	0,2	- 0,4
5 - Outras despesas/receitas	(0,6)	3,0	- 3,6
<b>Subtotal</b>	<b>80,5</b>	<b>84,6</b>	<b>- 4,1</b>
6 - Custo de construção	8,3	10,4	- 2,1
<b>Total</b>	<b>88,8</b>	<b>95,0</b>	<b>- 6,2</b>

## 4 - Desempenho operacional

O foco na qualidade da energia fornecida e a excelência no atendimento são prioridades constantes da Energisa Nova Friburgo. A Companhia tem mantido os seus índices operacionais entre os melhores do país.

**4.1 - Gestão das perdas de energia:** o ano foi marcado mais uma vez por excelentes resultados no combate às perdas de energia elétrica, que foram reduzidas para 5,17%, uma melhoria de 0,23 ponto percentual em relação a 2012.

**4.2 - Gestão da inadimplência:** o índice de inadimplência apresentou uma melhoria de 6,8% em relação a 2012, tendo se situado em 1,09%, contra 1,17% em 2012.

**4.3 - DEC e FEC:** a redução dos indicadores DEC e FEC em 2013 é outro fato a destacar, fruto dos investimentos realizados com base no planejamento correto das necessidades do sistema, bem como de ações específicas realizadas.

Indicadores operacionais	2013	2012	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	5,17	5,40	- 0,23
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,09	1,17	- 6,8
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,35	0,32	+ 9,4
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	87,9	75,3	+ 16,7
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	52,91	65,97	- 19,8
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	8,29	9,17	- 9,6
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	7,16	7,59	- 5,7

**4.4 - Mercado de energia:** em 2013, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Energisa Nova Friburgo, totalizaram 338,6 GWh, incremento de 3,6% em relação a 2012. A energia total distribuída em 2013 foi de 339,6 GWh, ante os 327,1 GWh registrados no ano anterior, conforme composição seguinte:

#### Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	2013	2012	Var. %
1) Vendas de energia no mercado cativo	338,6	326,7	+ 3,6
✓ Residencial	160,8	154,2	+ 4,3
✓ Industrial	61,9	59,2	+ 4,6
✓ Comercial	72,4	70,2	+ 3,1
✓ Rural	5,1	4,9	+ 4,1
✓ Outras Classes	38,4	38,2	+ 0,5
2) Fornecimento não faturado	1,0	0,4	+ 150,0
3) Energia Total Distribuída (3+4)	339,6	327,1	+ 3,8

A Energisa Nova Friburgo encerrou o ano com 98.356 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,4% superior à registrada no fim de 2012.

## 5 - Gestão de pessoas

A Energisa Nova Friburgo investe fortemente na área de Gestão de Pessoas, com foco na valorização do seu capital humano, aprimorando sua atuação e ampliando as premissas de uma gestão mais ágil e flexível, visando à melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como o suporte ao seu crescimento de mercado. A Companhia encerrou 2013 com 129 colaboradores próprios e 48 terceirizados.

Para atender às suas necessidades operacionais, especialmente a melhoria da qualidade dos produtos e serviços que oferece, a Energisa Nova Friburgo registrou, em 2013, um total de 14.880 homens-hora treinados, correspondentes a 115 horas de treinamento por colaborador, com investimentos de mais de R\$ 73 mil. O sistema de Educação a Distância (EAD) representou 67% do programa de treinamento da empresa.

Em um contexto de grandes mudanças organizacionais, no qual se torna imprescindível o fortalecimento das lideranças, a Energisa Nova Friburgo tem dado ênfase ao desenvolvimento de seus

gestores, por meio do Portal Líder. No terceiro ciclo do programa, em 2013, os gestores foram contemplados com nove cursos práticos da Harvard Business Publishing, selecionados cuidadosamente para que o aprendizado agregasse conhecimento e aplicabilidade ao trabalho dos líderes. Dentre os principais benefícios obtidos com o Programa, destacam-se: a promoção da integração, a troca de experiências e disseminação de boas práticas de gestão e liderança, a ênfase à gestão de pessoas e à mensuração de resultados, o aprimoramento das competências gerenciais e, principalmente, a consolidação e fortalecimento da cultura organizacional.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o **Projeto Bússola**, que levou as metas e diretrizes da empresa a 100% dos colaboradores; e o **Programa e-nova**, um incentivo às ideias e inovações dos colaboradores, todos eles visando maior integração, eficiência operacional, segurança no trabalho e comprometimento com a estratégia da empresa e seus resultados.

### 6 - Responsabilidade socioambiental

---

Em 2013, a Energisa Nova Friburgo deu continuidade às atividades nas áreas de cultura e responsabilidade socioambiental. Por intermédio da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, realizou na Usina Cultural Energisa uma série de espetáculos musicais e de teatro além de exposição de artes visuais.

Entre as ações socioculturais realizadas durante o ano, destacam-se:

- patrocínio da produção e finalização de dois longas-metragens, o Campo de Jogo e Quase Samba;
- Projeto Biblioteca Energisa, incentivando a troca de livros e, conseqüentemente, ampliando o acesso à cultura, através da leitura;
- na área do esporte, patrocinou o Projeto Magia V, viabilizando a participação de uma equipe de alto nível, liderada pelos irmãos Torben e Lars Graef, nos principais eventos nacionais e internacionais de vela de oceano;
- patrocínio de diversas iniciativas que estimulam o esporte e a sustentabilidade, além de seminários e feiras que promovem o desenvolvimento socioeconômico e ambiental, a exemplo da Fevest, da Feira da Terra e do 2º Seminário Serrano de Economia Criativa.

Ainda no âmbito socioeconômico, a Energisa Nova Friburgo acompanhou a repercussão da Ação Solidária que liderou em 2011, angariando fundos para ajudar microempresários que perderam seus pertences e confecções na catástrofe daquele ano. Ao final de 2013, foi constatado que os Polos de Moda Íntima de Nova Friburgo e região conseguiram se recuperar com o apoio de empresas como a Energisa e hoje contam com a atuação de aproximadamente 1.000 confecções.

#### Ações de Promoção da Eficiência Energética

O programa de Eficiência Energética Energisa Nova Friburgo contou com R\$ 498,8 mil, durante todo o ano de 2013. Investimento que permitiu o desenvolvimento de várias ações voltadas para o consumo consciente de energia elétrica e pouparam o consumo de 568 MWh de energia, suficientes para abastecer mais de 2 mil clientes residenciais durante um mês com consumo médio de 200 kWh.

Grande destaque em 2013 foi a ação de incentivo à troca de materiais recicláveis por bônus nas faturas de energia, contribuindo com o meio ambiente através da destinação correta de mais de 90 toneladas de materiais e 670 litros de óleo que foram recolhidos. Com R\$ 166,7 mil investidos, a iniciativa conta com mais de 830 clientes cadastrados.

Mais de R\$ 332 mil foram aplicados em projetos para a população de baixo poder aquisitivo, através da substituição de equipamentos ineficientes (geladeiras, TVs) e mais de 1,1 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes, realização de eventos de conscientização em escolas e em praças públicas, com palestras e atividades educativas.

Todas as ações, associadas ao Programa de Eficiência Energética da Aneel/Procel, beneficiaram mais de 1,4 mil clientes da Energisa Nova Friburgo.

### Outras ações ambientais - ações mitigadoras

A Energisa mitiga seus impactos por meio de programas e práticas que compõem o Sistema de Gestão de Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança - SGMASS e o Sistema de Gestão Socioambiental - SGSA. Dentre os programas e práticas implementados, destacam-se:

- Implantação de redes isoladas e protegidas;
- Implantação do Comitê de Gestão Socioambiental - COGESA;
- Descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública;
- Desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização ambiental (3Rs, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc);
- Contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

### 7 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Nova Friburgo em 2013 foi de R\$ 61 mil, sendo i) R\$ 28 mil pela revisão das demonstrações financeiras; ii) R\$ 19 mil para a revisão de processos fiscais; e iii) R\$ 14 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a Aneel para os programas de “Eficiência Energética”.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações Financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	01/01/2012
			Ajustado	Ajustado
<b>Ativo</b>		-		
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	5	4.927	5.260	4.262
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	3.833	3.007	270
Consumidores e concessionárias	6	14.041	14.623	17.187
Títulos de créditos a receber	7	266	354	224
Estoques		294	377	519
Impostos a recuperar	10	8.517	6.128	5.958
Baixa renda e outros créditos	11	3.509	5.065	4.449
<b>Total do circulante</b>		<b>35.387</b>	<b>34.814</b>	<b>32.869</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5	242	900	1.619
Consumidores e concessionárias	6	368	368	368
Títulos de créditos a receber	7	-	19	7
Créditos com partes relacionadas		-	558	-
Créditos tributários	13	-	1.586	8.019
Impostos a recuperar	10	2.280	3.529	3.643
Depósitos e cauções vinculados	19	2.530	1.730	1.713
Instrumentos financeiros derivativos	28	7.708	4.082	165
Contas a receber da concessão	14	84.182	68.786	48.146
		<b>97.310</b>	<b>81.558</b>	<b>63.680</b>
<b>Investimentos</b>		84	47	44
<b>Intangível</b>	15	4.926	13.348	17.543
<b>Imobilizado</b>	15	3.448	3.812	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>105.768</b>	<b>98.765</b>	<b>81.267</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>141.155</b>	<b>133.579</b>	<b>114.136</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
(Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012	01/01/2012
			Ajustado	Ajustado
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	16	7.217	7.170	6.767
Encargos de dívida	17	342	591	345
Empréstimos e financiamentos	17	32.249	2.061	13.190
Tributos e contribuições sociais	18	2.227	1.584	3.064
Parcelamento de impostos		-	-	1.157
Dividendos		-	-	2.446
Participações		870	1.039	501
Encargos do consumidor a recolher		80	1.142	965
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	99	115	67
Obrigações estimadas		701	601	560
Obrigações Intra-setoriais		1.188	3.251	3.303
Outras contas a pagar		1.304	838	958
<b>Total do circulante</b>		<b>46.277</b>	<b>18.392</b>	<b>33.323</b>
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	16	116	113	104
Empréstimos e financiamentos	17	28.475	52.560	26.640
Tributos e contribuições sociais	18	1.851	1.331	121
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	168
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	919	-	648
Benefícios a empregados - plano de pensão	29	470	451	246
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	19	2.240	2.260	2.222
Outras contas a pagar		147	7	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>34.218</b>	<b>56.722</b>	<b>30.149</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	20.1	39.743	32.650	32.650
Reservas de capital	20.2	11.248	11.248	11.248
Reservas de lucros	20.3	5.469	5.126	4.424
Dividendos adicionais propostos	20.4	4.173	9.485	2.264
Outros resultados abrangentes		27	(44)	78
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>60.660</b>	<b>58.465</b>	<b>50.664</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>141.155</b>	<b>133.579</b>	<b>114.136</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstração do Resultado

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	21	99.981	101.441
Custo do serviço de energia elétrica	22	(71.180)	(78.116)
<b>Lucro bruto</b>		<b>28.801</b>	<b>23.325</b>
Despesas com vendas	22	(4.530)	(3.801)
Despesas gerais e administrativas	22	(15.928)	(12.447)
Outras receitas	23	3.710	1.423
Outras despesas	23	(893)	(2.081)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos</b>		<b>11.160</b>	<b>6.419</b>
Receita Financeira	24	6.752	18.521
Despesa Financeira	24	(7.849)	(3.870)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>		<b>(1.097)</b>	<b>14.651</b>
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>10.063</b>	<b>21.070</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	(729)	(1.967)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	(2.467)	(5.072)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>6.867</b>	<b>14.031</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$</b>	25	<b>503,82</b>	<b>1.048,11</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 4. Demonstração do Resultado Abrangente

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
 EXERCÍCIO FINDO EM EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais)

	2013	2012
		Ajustado
Lucro líquido do exercício	6.867	14.031
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Outros resultados abrangentes	71	(122)
<b>Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos</b>	<b>6.938</b>	<b>13.909</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 5. Demonstração dos Fluxos de Caixa

**ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.063	21.070
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		4.568	(12.161)
Amortização e depreciação	22	4.461	4.144
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	22	127	188
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	22	(277)	(37)
Marcação a mercado de derivativos	24	1.520	(1.351)
Instrumentos financeiros derivativos	24	(3.974)	(1.644)
Perda na alienação de bens do intangível	23	(2.817)	658
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (aumento) de consumidores e concessionárias		479	2.525
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber		83	(168)
Diminuição de estoques		83	142
(Aumento) de impostos a recuperar		(1.140)	(57)
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados		(800)	(17)
Diminuição de outros créditos		561	(2)
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento (diminuição) de fornecedores		520	(464)
Aumento (diminuição) de tributos e contribuições sociais		661	(619)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(213)	(839)
Aumento de obrigações Estimadas		100	42
(Diminuição) aumento de encargos do consumidor a recolher		(1.062)	177
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar		(1.528)	439
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>11.415</b>	<b>12.026</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		(8.750)	(2.941)
Resgate de aplicações financeiras		9.219	875
Aplicações no intangível	15 e 33	(7.224)	(8.888)
Alienação de bens do intangível	23	3.710	1.423
Outros investimentos		(37)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.082)</b>	<b>(9.531)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos	17 e 33	2.205	25.142
Pagamentos de empréstimos - principal	17	(2.175)	(13.387)
Pagamentos de empréstimos - juros	17	(3.340)	(2.450)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(1.171)	(1.010)
Pagamentos de dividendos	20.4	(11.836)	(8.635)
Aumento de capital com subscrição de ações	20.1	7.093	-
Recebimento de partes relacionadas		558	-
Pagamento de parcelamento de impostos		-	(1.157)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>		<b>(8.666)</b>	<b>(1.497)</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(333)</b>	<b>998</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		5.260	4.262
Caixa mais equivalentes de caixa finais		4.927	5.260
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>(333)</b>	<b>998</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA  
 EXERCÍCIO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	21	138.816	150.194
Outras receitas	23	3.710	1.423
Receitas relativas a construção de ativos próprios	21 e 24	8.454	10.354
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	8	(127)	(188)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia vendida		54.674	56.194
Materias e serviços de terceiros		18.816	17.656
Outros custos operacionais		10.284	13.960
		83.774	87.810
Valor adicionado bruto		67.079	73.973
Amortização e depreciação	22	4.461	4.144
Valor adicionado líquido		62.618	69.829
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	6.752	18.521
Valor adicionado a distribuir		69.370	88.350
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		5.434	6.142
Benefícios		1.846	1.483
FGTS		378	425
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		11.896	16.343
Estaduais		32.041	34.767
Municipais		140	213
Obrigações Intrassetoriais		1.969	10.352
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	24	8.038	3.870
Aluguéis		761	724
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	20.4	2.351	3.925
Dividendos adicionais propostos	20.4	4.173	9.485
Reserva legal	20.3	343	702
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	(81)
		69.370	88.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013  
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital			Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
			Remuneração de imobilizado em curso	Reserva especial de ágio	Outras reservas de capital	Legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2012 - ajustado		32.650	179	11.065	4	4.424	2.264	-	78	50.664
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(2.264)	-	-	(2.264)
Dividendos prescritos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	-	81	-	81
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(122)	(122)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	14.031	-	14.031
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										-
Reserva legal	20.3	-	-	-	-	702	-	(702)	-	-
Dividendos	20.4	-	-	-	-	-	-	(3.925)	-	(3.925)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	-	9.485	(9.485)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012 - ajustado</b>		<b>32.650</b>	<b>179</b>	<b>11.065</b>	<b>4</b>	<b>5.126</b>	<b>9.485</b>	<b>-</b>	<b>(44)</b>	<b>58.465</b>
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(4.743)	-	-	(4.743)
Aumento de capital conforme AGE de 20/12/2013	20.1	7.093	-	-	-	-	(4.742)	-	-	2.351
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	71	71
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	6.867	-	6.867
Proposta de destinação do Lucro Líquido:										-
Reserva legal	20.3	-	-	-	-	343	-	(343)	-	-
Dividendos	20.4	-	-	-	-	-	-	(2.351)	-	(2.351)
Dividendos adicionais propostos	20.4	-	-	-	-	-	4.173	(4.173)	-	-
<b>Saldos em 31 dezembro de 2013</b>		<b>39.743</b>	<b>179</b>	<b>11.065</b>	<b>4</b>	<b>5.469</b>	<b>4.173</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>60.660</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 8. Balanço Social

ENERGISA NOVA FRIBURGO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A						
BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2013						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2013 Valor			2012 Valor		
Receita líquida (RL)	99.981			101.441		
Resultado operacional (RO)	10.063			21.070		
Folha de pagamento bruta (FPB)	7.721			7.594		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.091	14,13%	1,09%	914	12,04%	0,90%
Encargos sociais compulsórios	1.663	21,54%	1,66%	1.524	20,07%	1,50%
Previdência privada	179	2,32%	0,18%	118	1,55%	0,12%
Saúde	445	5,76%	0,45%	355	4,67%	0,35%
Segurança e saúde no trabalho	132	1,71%	0,13%	0	0,00%	0,00%
Educação	26	0,34%	0,03%	23	0,30%	0,02%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	73	0,95%	0,07%	74	0,97%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	14	0,18%	0,01%	8	0,11%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	1.148	14,87%	1,15%	1.262	16,62%	1,24%
Outros	168	2,18%	0,17%	266	3,50%	0,26%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>4.939</b>	<b>63,97%</b>	<b>4,94%</b>	<b>4.544</b>	<b>59,84%</b>	<b>4,48%</b>
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	136	1,35%	0,14%	124	0,59%	0,12%
Cultura	209	2,08%	0,21%	211	1,00%	0,21%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	0	0,00%	0,00%	2	0,01%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	103	1,02%	0,10%	151	0,72%	0,15%
<b>Total das contribuições para a sociedade</b>	<b>448</b>	<b>4,45%</b>	<b>0,45%</b>	<b>488</b>	<b>2,32%</b>	<b>0,48%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	42.414	421,48%	42,42%	49.799	236,35%	49,09%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>42.862</b>	<b>425,94%</b>	<b>42,87%</b>	<b>50.287</b>	<b>238,67%</b>	<b>49,57%</b>
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	8.030	79,80%	8,03%	4.682	22,22%	4,62%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>8.030</b>	<b>79,80%</b>	<b>8,03%</b>	<b>4.682</b>	<b>22,22%</b>	<b>4,62%</b>
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	129			143		
Nº de admissões durante o período	23			32		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	81			118		
Nº de estagiários(as)	2			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	23			25		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	20			24		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,67%			28,57%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	24			25		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3			3		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	21,77			21,77		
Número total de acidentes de trabalho	6			6		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input checked="" type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 176	no Procon 17	na Justiça 99	na empresa 1229	no Procon 20	na Justiça 97
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98,55%	no Procon 100%	na Justiça 16%	na empresa 98,55%	no Procon 100%	na Justiça 16%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2013: 69.370</b>			<b>Em 2012: 88.350</b>		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	66% governo acionistas	12% colaboradores(as) 13% terceiros	9% 0% retido	70% governo acionistas	9% colaboradores(as) 5% terceiros	16% 1% retido
7 - Outras Informações	2013			2012		
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União						
7.1.2 - Investimento do Estado						
7.1.3 - Investimento do Município						
7.1.4 - Investimento da Concessionária						
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)						
7.2 - Programa de eficiência Energética	499			393		
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento	151			848		
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)	<b>650</b>			<b>1.241</b>		

## Notas Explicativas

---

### **Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A** **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2013**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

---

A Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa NF”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 98.356 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro.

Em 11 de janeiro de 2013 o Governo Federal editou a Lei nº 12.783 decorrente da Medida Provisória nº 579, que veio abordar os assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017, poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirando em 2015 e em atendimento as disposições da legislação, em 15 de outubro de 2012, manifestou suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita teve em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Abaixo estão listadas algumas das principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 21, e 33, respectivamente.

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$10.890, ocasionado pela natural transferência de empréstimos e financiamentos para o curto prazo, a vencer no decorrer do próximo exercício.

A Administração já trabalha no reperfilamento destes vencimentos, visando melhorar a estrutura de capital da empresa através de instrumentos mais longos.

Para financiar seus investimentos, em 06 de fevereiro de 2014, em reunião da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a contração de empréstimo de US\$4.000, com taxa de juros anual equivalente à taxa Libor mais 2,35% junto ao Bank of America N.A.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 14 de março de 2014.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

### *Moeda funcional*

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;



*Julgamentos e estimativas*

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões, e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 (três) parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas

e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

Instrumentos financeiros derivativos - Os julgamentos e estimativas relacionados aos instrumentos financeiros derivativos estão descritos na nota explicativa nº 28.

### 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

#### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras.

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores.

- IFRS 13 (CPC 46) - Mensuração a Valor Justo.
- Modificações à IAS 01 revisada em 2011 - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 19 revisada em 2011 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados.
- IAS 27 revisada em 2011 (CPC 35 (R2)) - Demonstrações Financeiras Separadas.
- Modificações à IFRS 7 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas.

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (b).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (b).
- Modificações à IAS 19 (CPC 33 (R1)) - Benefícios a Empregados (b).
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (a).
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros (a).

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2014.
- (b) 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC.

A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros.

### 3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da sua data de aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justo dos instrumentos financeiros está apresentada na explicativa nº 28.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos;

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;

- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição, e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão.

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmado a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por esta razão, desde o exercício de 2012, a Companhia registrou como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem;
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- j. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- k. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

- l.** Empréstimos e financiamentos - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- m.** Derivativos - os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 30;
- n.** Imposto de renda e contribuição social - a despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável no prazo;

Em 12 de novembro de 2013 foi publicado a Medida Provisória nº 627/13 que alterou a Legislação Tributária Federal do país. As mais relevantes são: (i) revoga o regime transitório de tributação (RTT) a partir de 2015, mas prevê uma adoção antecipada para 01 de janeiro de 2014. Caso haja a adoção antecipada da Medida Provisória o RTT será automaticamente eliminado e as novas disposições passam a ser eficazes em 2014, em caráter irrevogável; (ii) tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e (iii) parcelamento especial de contribuição para o PIS/PASEP e COFINS. A adoção antecipada da MP eliminará de tributação do eventual excesso de distribuição de lucro societário em relação aos lucros distribuídos, apurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da Medida Provisória para realizar uma análise mais profunda e conclusiva sobre os efeitos das novas regras tributárias.

- o. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- p. Ajuste a valor presente - determinados títulos de créditos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- q. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;
- r. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza as suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- s. Benefícios a empregados - benefício definido - a obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;



- t. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- u. Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

### 3.3 Ajustes

#### CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões e prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por força das novas regras introduzidas pelo CPC 33 (R1) e IAS 19, que veio eliminar a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, passando a ser reconhecidos integralmente no passivo na rubrica “benefícios a empregados - plano de pensão”, em contrapartida a Demonstração dos Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido. Por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

	Saldo em 2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 2012 (ajustado)
<b>Ativo</b>			
Ativo não circulante	81.534	24	81.558
Créditos tributários	1.562	24	1.586
<b>Total do Ativo</b>	<b>133.555</b>	<b>24</b>	<b>133.579</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não circulante	56.654	68	56.722
Benefício a empregados - plano de pensão	383	68	451
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>58.509</b>	<b>(44)</b>	<b>58.465</b>
Outros resultados abrangentes	-	(44)	(44)
<b>Total do Passivo</b>	<b>133.555</b>	<b>24</b>	<b>133.579</b>

Demonstração Outros Resultados abrangentes	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Lucro líquido do exercício	14.031	-	14.031
Outros resultados abrangentes	-	(122)	(122)
<b>Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos</b>	<b>14.031</b>	<b>(122)</b>	<b>13.909</b>

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Saldo em 2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 2012 (Ajustado)
Outros resultados abrangentes	-	(44)	(44)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>58.509</b>	<b>(44)</b>	<b>58.465</b>

	Saldo em 2011 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 01/01/2012 (ajustado)
<b>Ativo</b>			
Ativo não circulante	63.720	(40)	63.680
Créditos tributários	8.059	(40)	8.019
<b>Total do Ativo</b>	<b>114.176</b>	<b>(40)</b>	<b>114.136</b>
<b>Passivo</b>			
Passivo não circulante	30.267	(118)	30.149
Benefício a empregados - plano de pensão	364	(118)	246
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>50.586</b>	<b>78</b>	<b>50.664</b>
Outros resultados abrangentes	-	78	78
<b>Total do Passivo</b>	<b>114.176</b>	<b>(40)</b>	<b>114.136</b>

#### 4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no município de Nova Friburgo no Estado do Rio de Janeiro sendo este o seu único segmento reportável e, sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

#### 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

##### a) Caixa e equivalente de caixa

Instituição financeira	Tipo	Vencimento (1)	Remuneração	2013	2012
CEF	CDB	30/12/2015	100,5% do CDI	2.700	1.800
CEF FID	CDB	30/12/2015	100,5% do CDI	29	-
Santander	Debêntures (2)	18/12/2015	103,2% do CDI	473	54
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	916
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	-	5
				<b>3.202</b>	<b>2.775</b>
Caixas e depósitos bancários				<b>1.725</b>	<b>2.485</b>
<b>Total caixa e equivalente de caixa</b>				<b>4.927</b>	<b>5.260</b>



## b) Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

## b.1 - Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	2013	2012
ABC Brasil	CDB	17/02/2014	107,0% do CDI	-	97
BES	CDB	19/03/2015	103,0% do CDI	2	2
BB Ampla	Fundo de Investimento	-	CDI	-	-
Bradesco	CDB	19/06/2016	96,0% do CDI	3	3
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	CDI	-	1.002
CEF	Fundo de Investimento	-	CDI	-	347
CEF (4)	Letra Financeira Tesouro, Compromissada, Debêntures (2), DPGE e Letra financeira	09/04/2015 a 01/03/2018	102,7% a 122,11% do CDI/ IPCA+5.7%/SELIC	3.770	-
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	-	1.500
Itaú	Fundo de Investimento	-	CDI	58	56
				<b>3.833</b>	<b>3.007</b>

## b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento

Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	242	900
				<b>242</b>	<b>900</b>
<b>Total aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados (3)</b>				<b>4.075</b>	<b>3.907</b>

Circulante				3.833	3.007
Não Circulante				242	900

- (1) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.
- (2) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (3) Inclui R\$305 referente recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.
- (4) Fundos de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, Debêntures, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados.

## 6. Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vencidos (1)	até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias	2013	2012
Residencial	3.000	1.454	187	79	7	-	4.727	5.207
Industrial	1.369	224	8	4	-	-	1.605	1.569
Comércio, serviços e outras atividades	2.025	322	32	13	-	32	2.424	2.598
Rural	61	39	9	1	-	-	110	95
Poder Público:								
Federal	15	5	3	-	2	-	25	22
Estadual	40	12	7	-	5	-	64	55
Municipal	214	66	36	1	28	-	345	299
Iluminação pública	465	-	-	-	-	-	465	491
Serviço público	306	-	-	-	-	-	306	295
Subtotal - consumidores	7.495	2.122	282	98	42	32	10.071	10.631
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	368	368	702
Fornecimento não faturado	3.291	-	-	-	-	-	3.291	3.123
Outros valores a receber	1.070	-	-	-	-	-	1.070	976
(-) Provisão devedores duvidosos	-	-	-	(79)	(7)	(305)	(391)	(441)
<b>Total</b>	<b>11.856</b>	<b>2.122</b>	<b>282</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>95</b>	<b>14.409</b>	<b>14.991</b>
Circulante							14.041	14.623
Não Circulante							368	368

(\*) Energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE vinculadas a liminares de dezembro de 2002.

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

## 7. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente, com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2013	2012
Títulos de créditos a receber	574	656
Ajuste a valor presente	(17)	(17)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(291)	(266)
	<b>266</b>	<b>373</b>
Circulante	266	354
Não circulante	-	19

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2013 os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

	2013
Vencidos	291
2014	266
<b>Total</b>	<b>557</b>

## 8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2013	2012
Saldo - inicial - circulante - 2012 e 01/01/2012	707	641
Provisões constituídas no exercício	84	131
Reversão de provisões no exercício	(109)	(65)
<b>Saldo - final - circulante - 2013 e 2012</b>	<b>682</b>	<b>707</b>
Consumidores e concessionárias	391	441
Títulos de créditos a receber	291	266

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

## 9. Revisão e reajuste tarifário periódico

**Reajuste tarifário:**

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

## Resultados de 2013

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.531 de 11 de junho de 2013, aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento da 15,42% aplicados a partir de 18 de junho de 2013.

### Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da ENF com reajuste que gerou uma redução de 4,82%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

## 10. Impostos a recuperar

	2013	2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.555	3.543
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	636	551
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	146	24
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	276	248
Contribuição do PIS e da COFINS	5.184	5.291
	<b>10.797</b>	<b>9.657</b>
Circulante	8.517	6.128
Não circulante	2.280	3.529

## 11. Baixa renda e outros créditos

	2013	2012
Baixa renda	275	621
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	932	3.011
Ordens de serviço em curso - outros	215	252
Adiantamentos	872	530
Subvenção CDE - desconto tarifário (1)	345	-
Creditos de terceiros - Alienação de bens e direitos	218	230
Creditos a receber - Restituição encargos setoriais	62	-
Outros	590	421
	<b>3.509</b>	<b>5.065</b>

(1) Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes e da classe de Serviço Público homologado através do Decreto nº 7.891/2013.

Segue a movimentação do baixa renda e da subvenção CDE-desconto tarifário.

- **Baixa Renda:**

	2013	2012
Saldo - inicial 2012 e 01/01/2012	621	844
Subvenção baixa renda	1.530	1.121
Ressarcimento Eletrobrás	(1.528)	(1.692)
Contas a receber Eletrobrás - CDE	(348)	348
<b>Saldo - final - circulante 2013 e 2012</b>	<b>275</b>	<b>621</b>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

- **Subvenção CDE - desconto tarifário**

Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	918
Antecipação/ Repasse despacho ANEEL nº 1711/2013	(573)
<b>Total</b>	<b>345</b>

O Governo Federal, através do Despacho Aneel nº 1.711 de 29 de maio de 2013, disponibilizou R\$358 de recursos da CDE, os quais foram recebidos em 03 de junho de 2013, apropriados ao resultado do exercício proporcionalmente ao número de meses correspondente ao período de maio a novembro de 2013, além de R\$215, liberados nos meses de março, abril e maio, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

## 12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A (ZETUNIN), Energisa Geração Usina Mauricio (GUM), SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida I, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Energisa Bioeletricidade Santa Cândida II e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Saldo a receber (Consumidores e concessionárias) (4)	Saldo a pagar (fornecedores)
ENERGISA S/A	4.708	-	682	-	374
EMG	-	979	-	88	-
ESO	7.904	-	-	-	612
EGUM	-	-	-	-	16
2013	12.612	979	682	88	1.002
2012	12.767	1.321	-	652	930

- (1) Os serviços contratados junto a Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios. As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.
- (4) Inclui R\$558 em 2012 referente a partes relacionadas.

### Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a remuneração dos membros da Diretoria foi de R\$976 (R\$774 em 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora do benefício de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$69 (R\$50 em 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$152 (R\$139 em 2012).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$17 e R\$2 (R\$15 e R\$2 em 2012), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2013 foi de R\$8 (R\$7 em 2012).

Na AGE de 24 de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 em R\$2.055.

### 13. Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2013	2012
		Ajustado
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	323	360
Base negativa de contribuição social	44	72
Diferenças temporárias (1)		
Imposto de renda	4.016	4.920
Contribuição social	1.484	1.771
<b>Total - não circulante</b>	<b>5.867</b>	<b>7.123</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto de renda	(4.990)	(4.071)
Contribuição social	(1.796)	(1.466)
<b>Total - não circulante</b>	<b>(6.786)</b>	<b>(5.537)</b>
<b>Total Líquido - Ativo (Passivo) não circulante</b>	<b>(919)</b>	<b>1.586</b>

A natureza dos créditos e débitos tributários diferidos são como segue:

	2013		2012 (Ajustado)	
	base de cálculo	IRPJ + CSSL	base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	1.292	323	1.403	351
Base negativa da CSSL	494	44	761	68
Creditos fiscais - ágio (1)	8.832	3.003	13.147	4.470
Provisão ajuste atuarial	569	193	566	193
Provisões para riscos trabalhistas e fiscais	2.240	762	2.260	768
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	632	215	657	223
Outras provisões (PEE; P&D; honorários e outras)	1.953	664	1.541	524
Variações cambiais passivas	8.463	2.877	3.247	1.104
Marcação a mercado - derivativos	(7.708)	(2.621)	(4.082)	(1.388)
Ativos regulatórios (CVA´s)	926	315	2.182	742
Ajustes a valor presente	16	6	17	6
Outras adições (exclusões) temporárias	253	86	180	61
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a				
Receber da concessão e atualizações:	(19.959)	(6.786)	(16.285)	(5.537)
<b>Total passivo e ativo não circulante</b>	<b>(1.997)</b>	<b>(919)</b>	<b>5.594</b>	<b>1.586</b>

(1) O crédito fiscal ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 771 de 19 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos débitos fiscais
2014	(276)
2015	(643)
<b>Total</b>	<b>(919)</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2013	2012
Lucro antes dos impostos	10.063	21.070
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(3.421)	(7.163)
Ajustes:		
Outros - (registro de despesas indedutíveis)	225	124
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.196)	(7.039)
Alíquota efetiva	31,8%	33,4%

#### 14. Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo registrado no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$3.673 (R\$16.286 em 2012).

O contas a receber da concessão esta classificado como disponível para venda no não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Movimentação	2013	2012
<b>Ativo financeiro - 2012 e 01/01/2012</b>	<b>68.786</b>	<b>48.146</b>
Adições no exercício (*)	11.868	4.973
Baixas no exercício	(145)	(619)
<b>Ativo financeiro</b>	<b>80.509</b>	<b>52.500</b>
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.673	16.286
<b>Ativo financeiro custo corrigido -2013 e 2012</b>	<b>84.182</b>	<b>68.786</b>

(\*) Transferência do intangível para o contas a receber da concessão.



## 15. Intangível e Imobilizado

	2013	2012
Intangível - Contrato de concessão	4.926	13.348
Imobilizado	3.448	3.812
<b>Total</b>	<b>8.374</b>	<b>17.160</b>

## a) Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

	Saldo 2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2013
<b>INTANGÍVEL</b>						
Intangível em Serviço						
Custo	55.547	-	489	(1.288)	-	54.748
Amortização	(44.525)	-	-	1.288	(4.389)	(47.626)
Subtotal	11.022	-	489	-	(4.389)	7.122
Em Curso	7.076	8.461	(310)	(12.577)	-	2.650
<b>Total</b>	<b>18.098</b>	<b>8.461</b>	<b>179</b>	<b>(12.577)</b>	<b>(4.389)</b>	<b>9.772</b>
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Em Serviço						
Custo	1.734	-	(89)	-	-	1.645
Amortização	(1.037)	-	-	-	(383)	(1.420)
Subtotal	697	-	(89)	-	(383)	225
Em Curso	4.053	1.020	89	(541)	-	4.621
<b>Total</b>	<b>4.750</b>	<b>1.020</b>	<b>-</b>	<b>(541)</b>	<b>(383)</b>	<b>4.846</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>13.348</b>	<b>7.441</b>	<b>179</b>	<b>(12.036)</b>	<b>(4.006)</b>	<b>4.926</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
Imobilizado em serviço						
Software	515	-	(515)	-	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras	2.033	-	-	(27)	-	2.006
Edificações e benfeitorias	554	-	-	(25)	-	529
Máquinas e equipamentos	2.479	-	274	(110)	-	2.643
Veículos	123	-	-	-	-	123
Móveis e utensílios	1.025	-	62	(174)	-	913
Depreciação Acumulada	(2.917)	-	-	270	(119)	(2.766)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>3.812</b>	<b>-</b>	<b>(179)</b>	<b>(66)</b>	<b>(119)</b>	<b>3.448</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.160</b>	<b>7.441</b>	<b>-</b>	<b>(12.102)</b>	<b>(4.125)</b>	<b>8.374</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$12.102, R\$12.036 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$66 referem-se a baixas realizadas no exercício.

Das adições de obrigações especiais de R\$1.020, cerca de R\$168 foram transferidas do contas a receber da concessão.

	Saldo 01/01/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2012
<b>INTANGÍVEL</b>						
Intangível em Serviço						
Custo	62.990	-	(6.122)	(1.321)	-	55.547
Amortização	(43.944)	-	2.266	1.190	(4.037)	(44.525)
Subtotal	19.046	-	(3.856)	(131)	(4.037)	11.022
Em Curso	2.690	10.751	(1.470)	(4.895)	-	7.076
<b>Total</b>	<b>21.736</b>	<b>10.751</b>	<b>(5.326)</b>	<b>(5.026)</b>	<b>(4.037)</b>	<b>18.098</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	1.574	-	13	147	-	1.734
Amortização	(834)	-	-	-	(203)	(1.037)
Subtotal	740	-	13	147	(203)	697
Em Curso	3.453	685	(13)	(72)	-	4.053
<b>Total</b>	<b>4.193</b>	<b>685</b>	<b>-</b>	<b>75</b>	<b>(203)</b>	<b>4.750</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>17.543</b>	<b>10.066</b>	<b>(5.326)</b>	<b>(5.101)</b>	<b>(3.834)</b>	<b>13.348</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
Imobilizado em serviço						
Software	-	-	565	(50)	-	515
Reservatório, Barragens e Adutoras	-	-	2.033	-	-	2.033
Edificações e benfeitorias	-	-	554	-	-	554
Máquinas e equipamentos	-	-	3.848	(1.369)	-	2.479
Veículos	-	-	123	-	-	123
Móveis e utensílios	-	-	1.025	-	-	1.025
Depreciação Acumulada	-	-	(2.822)	215	(310)	(2.917)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.326</b>	<b>(1.204)</b>	<b>(310)</b>	<b>3.812</b>
<b>Total Geral</b>	<b>17.543</b>	<b>10.066</b>	<b>-</b>	<b>(6.305)</b>	<b>(4.144)</b>	<b>17.160</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$6.305, R\$4.823 foi transferido para o contas a receber da concessão e R\$1.482 referem-se a baixas realizadas no exercício. Cerca de R\$150 referente a aplicação da Resolução normativa nº 474 - novas taxas de depreciação no contas a receber da concessão.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dadas em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização esta sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,83% (3,80% em 2012).

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão, estão reduzidos pelas obrigações especiais vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2013	2012
Contribuições do consumidor	9.325	8.737
Participação da União - recursos CDE	163	163
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	763	330
( - ) Amortização acumulada	(1.252)	(1.036)
<b>Total</b>	<b>8.999</b>	<b>8.194</b>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	4.153	3.444
Infraestrutura - Intangível em serviço	393	697
Infraestrutura - Intangível em curso	3.690	3.723
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	763	330
<b>Total</b>	<b>8.999</b>	<b>8.194</b>

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em junho de 2008. A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais.

#### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2013, o montante contabilizado naquela rubrica é de R\$763 (R\$330 em 2012).

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

## Encargos Financeiros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2013	2012
Encargos financeiros - encargos de dívida - juros	3.154	2.740
(-) Transferência para o intangível em curso (*)	(189)	(210)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>2.965</b>	<b>2.530</b>

(\*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos, vide nota explicativa nº 24.

## Imobilizado

Taxas de depreciação do ativo imobilizado praticadas pela Companhia foram:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens e adutoras	2,94%
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## 16. Fornecedores

	2013	2012
Suprimento (1):		
Ampla - CUSD	783	1.407
Energia Livre	116	113
Contratos bilaterais	4.000	3.369
Materiais, serviços e outros (2)	2.434	2.394
<b>Total</b>	<b>7.333</b>	<b>7.283</b>
Circulante	7.217	7.170
Não circulante	116	113

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica e uso da rede básica e uso do sistema de distribuição da distribuidora Ampla, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	2013	2012	
<b>Em moeda nacional</b>						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	30	-	4.000	4.030	4.020	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	-	76	211	287	363	
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	-	74	558	632	632	
Banco HSBC - repasse BNDES I	2	147	197	346	493	
Banco HSBC - repasse BNDES II	1	80	103	184	228	
Banco HSBC - repasse BNDES III	-	48	64	112	162	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	1	183	1.097	1.281	1.467	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	-	74	388	462	461	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	3	76	457	536	613	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	3	125	751	879	1.004	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	4	743	929	1.676	2.205	
Banco Itaú BBA - FINAME	4	108	790	902	478	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	26	1.402	4.913	6.341	5.244	
Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	38	417	1.381	1.836	1.334	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>112</b>	<b>3.553</b>	<b>15.839</b>	<b>19.504</b>	<b>18.704</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(6)	-	(38)	(44)	(50)	
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Citibank	98	19.326	-	19.424	17.120	(1) e (2)
Bank of America Merrill Lynch	34	9.370	-	9.404	8.281	(1) e (2)
Banco Itaú BBA I	101	-	7.028	7.129	11.157	(1)
Banco Itaú BBA II	3	-	5.646	5.649	-	(1)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>236</b>	<b>28.696</b>	<b>12.674</b>	<b>41.606</b>	<b>36.558</b>	
<b>Total ENERGISA NOVA FRIBURGO</b>	<b>342</b>	<b>32.249</b>	<b>28.475</b>	<b>61.066</b>	<b>55.212</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$242 (R\$900 em 2012), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante e não circulante.

(1) Os referidos contratos possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29)

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

## Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida			TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	66	CDI	+ 0,7%	8,82%		
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	23	RGR	5,0%	5,0%		
Eletrobrás - Luz para Todos - Emergencial	mai-2019	mensal, após jun.2014	-	36	RGR	5,0%	5,0%		
Banco HSBC - repasse BNDES I	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 4,3%	9,51%		
Banco HSBC - repasse BNDES II	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	19,56%		
Banco HSBC - repasse BNDES III	abr-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14	TJLP	+ 3,9%	9,1%		
Banco Itaú BBA - repasse BNDES I	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP	+ 4,75%	9,98%		
Banco Itaú BBA - repasse BNDES II	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	UMBND	+ 3,75% + juros variáveis	19,05%		
Banco Itaú BBA - repasse BNDES III	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42	TJLP	+ 5,95%	11,25%		
Banco Itaú BBA - repasse BNDES IV	dez-2020	mensal	Aval Energisa S.A.	42		pré-fixado 5,5%	5,5%		
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	14		pré-fixado 5,5%	5,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50		pré-fixado 2,5% a 5,5%	de 2,5% a 5,5%		
Banco Itaú BBA - BNDES Automático I	jun-2018	mensal	Aval Energisa S.A.	27	TJLP	+ 4,65%	9,88%		
Banco Itaú BBA - BNDES Automático II	jun-2018	mensal	Aval Energisa S.A.	27	UMBND	+ 3,65%	18,31%		
Citibank	set-2014	final	Aval Energisa S.A.	9	Libor	+ 2,25%	17,79%	(1)	
Bank of America Merrill Lynch	fev-2014	final	Aval Energisa S.A.	2	Libor	+ 2,45%	18,02%	(1)	
Banco Itaú BBA I	ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	20	Dólar	+ 3,2466%	18,36%	(1)	
Banco Itaú BBA II	dez-2015	final	Aval Energisa S.A.	24	Dólar	+ 3,247%	18,36%	(1)	

(1) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 28).

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2013	2012
US\$ x R\$	14,64%	8,94%
TJLP	5,00%	5,50%
SELIC	8,22%	8,49%
CDI	8,06%	8,40%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,53%	7,81%

Em 31 de dezembro de 2013, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2013
2015	16.249
2016	2.839
2017	2.535
2018	2.904
2019	1.931
Após 2019	2.017
	<b>28.475</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 2013 e 2012:

Descrição	2013	2012
<b>Saldos em 2012 e 01/01/2012</b>	<b>55.212</b>	<b>40.175</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	2.703	25.234
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	8.666	5.640
Pagamento de principal	(2.175)	(13.387)
Pagamento de juros	(3.340)	(2.450)
<b>Saldos em 2013 e 2012</b>	<b>61.066</b>	<b>55.212</b>
Circulante	32.591	2.652
Não circulante	28.475	52.560

## 18. Tributos e Contribuições Sociais

	2013	2012
ICMS	113	-
Encargos Sociais	209	214
IRPJ	1.402	999
CSSL	594	488
PIS/COFINS	1.228	976
IRRF	200	-
Outros	332	238
<b>Total</b>	<b>4.078</b>	<b>2.915</b>
Circulante	2.227	1.584
Não circulante	1.851	1.331

## 19. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para contingências de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2013
Trabalhistas	173	-	(21)	10	162
Cíveis	1.094	352	(591)	57	912
Fiscais	993	183	(200)	190	1166
<b>Total</b>	<b>2.260</b>	<b>535</b>	<b>(812)</b>	<b>257</b>	<b>2.240</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(540)				(388)

	Saldo inicial 01/01/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	94	73	-	6	173
Cíveis	1.141	94	(203)	62	1.094
Fiscais	987	-	-	6	993
<b>Total</b>	<b>2.222</b>	<b>167</b>	<b>(203)</b>	<b>74</b>	<b>2.260</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(434)				(540)

(\*) A Energisa NF possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante no montante de R\$2.530 (R\$1.730 em 2012), dos quais R\$2.142 (R\$1.190 em 2012) não foram constituídas provisões para contingências, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$109 (R\$90 em 2012), sendo de indenizações trabalhistas (R\$3 em 2012) e de indenizações cíveis R\$109 (R\$87 em 2012).

No exercício foram efetuadas provisões de honorários de êxito referente as causas de prognósticos de perdas possíveis e remotas no montante de R\$727 (R\$130 em 2012), registrado na rubrica fornecedores.



### Perdas prováveis:

#### **Trabalhistas**

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

#### **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$181.

#### **Fiscais**

Refere-se a discussões relacionadas a COFINS, PIS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estar em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A administração da Companhia entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos, foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

### Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$14.806 (R\$13.749 em 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível e, conseqüentemente, não requer a constituição de provisão nas demonstrações financeiras.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

#### **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$147 (R\$140 em 2012), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade e horas de sobreaviso.

#### **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$9.472 (R\$11.415 em 2012), refere-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

#### **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$5.187 (R\$2.194 em 2012) referem-se basicamente a discussões sobre: (i) Cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (ii) cobrança de crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, que no exercício foram

adicionados cerca de R\$2.418 de novas causas, apresentados os embargos as execuções onde se discuti a improcedência das ações.

### 20. Patrimônio líquido

---

#### 20.1 Capital social

O capital social é de R\$39.743 (R\$32.650 em 2012), representando 16.295 ações ordinárias (13.387 em 2012, sendo 10.825 ordinárias e 2.562 preferenciais) todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi aprovada a conversão da totalidade de ações preferenciais nominativas em ações ordinárias nominativas na proporção de uma para uma, passando o capital social a ser representado por 13.387 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2013, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$7.093, com a emissão de 2.908 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço aproximado de emissão de R\$2,44 por ação, com capitalização de parte do saldo dos dividendos a pagar referente exercício de 2012, no montante de R\$4.742 do saldo dos dividendos intercalares do exercício de 2013, no montante de R\$2.351.

#### 20.2 Reserva de capital - reserva especial de ágio

Constituída em face da incorporação da controladora. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, representa o benefício fiscal do ágio que será incorporado ao capital social da Companhia. À medida que for apurado benefício fiscal em decorrência da amortização da parcela correspondente ao ágio que lhe deu origem.

#### 20.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social.

## 20.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	6.867	14.031
Dividendos prescritos	-	81
Reserva legal (5%)	(343)	(702)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>6.524</b>	<b>13.410</b>
Dividendos obrigatórios (25%)	1.631	3.353
Dividendos antecipados pagos (*):		
. Pagos em dezembro de 2012 - R\$ 77,10 por ação	-	1.032
. Pagos em junho de 2013 - R\$67,14 por ação	899	-
. Pagos em agosto de 2013 - R\$108,49 por ação( setembro de 2012 - R\$ 216,13 por ação)	1.452	2.893
	<b>2.351</b>	<b>3.925</b>
(**) Dividendos adicionais propostos R\$256,07 por ação (R\$708,50 por ação em 2012)	4.173	9.485
<b>Total dos dividendos</b>	<b>6.524</b>	<b>13.410</b>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	100

(\*) Os dividendos antecipados aprovados pelas AGEs de 13 de junho e 08 de agosto de 2013 (09 de agosto e 20 de dezembro de 2012) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 31 de março e 30 de junho de 2013 (30 de junho e 30 de novembro de 2012), respectivamente.

(\*\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08, e serão pagos em data a ser definida em Reunião da Diretoria.

## 21. Receita operacional

	2013			2012		
	Não auditada pelos auditores independentes		R\$	Não auditada pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	86.445	160.825	64.360	84.241	154.206	71.776
Industrial	921	61.875	21.032	947	59.188	21.980
Comercial	9.479	72.375	29.743	9.395	70.198	32.192
Rural	1.011	5.118	1.959	959	4.926	1.476
Poder Público:						
Federal	59	1.142	462	54	1.127	524
Estadual	82	1.602	670	76	1.580	760
Municipal	230	4.403	1.830	211	4.344	2.077
Iluminação Pública	2	20.296	5.099	2	20.554	5.667
Serviço Público	107	10.531	3.475	103	10.264	3.312
Consumo Próprio	20	429	-	19	356	-
<b>Subtotal</b>	<b>98.356</b>	<b>338.596</b>	<b>128.630</b>	<b>96.007</b>	<b>326.743</b>	<b>139.764</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	4.390	-	-	4.909
Fornecimento não faturado (líquido)	-	1.052	168	-	368	(803)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	-	-	1.619	-	-	1.836
Receita de Construção	-	-	8.265	-	-	10.354
Outras receitas operacionais	-	-	4.009	-	-	4.488
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>98.356</b>	<b>339.648</b>	<b>147.081</b>	<b>96.007</b>	<b>327.111</b>	<b>160.548</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	32.041	-	-	34.767
PIS	-	-	2.314	-	-	2.476
COFINS	-	-	10.657	-	-	11.406
ISS	-	-	119	-	-	106
Quota para RGR	-	-	(544)	-	-	1.706
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	455	-	-	443
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	960	-	-	3.543
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	201	-	-	3.620
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	464	-	-	710
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	433	-	-	330
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>47.100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>59.107</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>98.356</b>	<b>339.648</b>	<b>99.981</b>	<b>96.007</b>	<b>327.111</b>	<b>101.441</b>

## 22. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

ENERGISA NOVA FRIBURGO NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	GERAIS E ADMINIST.	2013	2012
	Energia elétrica comprada para revenda	41.462	-	-	-	-	41.462
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	8.271	-	-	-	-	8.271	13.748
Pessoal e administradores	-	2.753	13	1.509	4.493	8.768	9.009
Entidade de previdência privada	-	18	-	-	157	175	139
Material	-	564	110	206	83	963	970
Serviços de terceiros	-	5.080	92	2.614	9.452	17.238	16.043
Depreciação e amortização	-	4.029	-	8	424	4.461	4.144
Provisão p/créditos de liquidação duvidosa e recuperação de incobráveis	-	-	-	127	-	127	188
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	-	(277)	(277)	(37)
Custo de construção	-	-	8.265	-	-	8.265	10.354
Outras	-	518	5	66	1.596	2.185	2.395
	<b>49.733</b>	<b>12.962</b>	<b>8.485</b>	<b>4.530</b>	<b>15.928</b>	<b>91.638</b>	<b>94.364</b>

## 23. Outros resultados

	2013	2012
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	3.710	1.423
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(893)	(2.081)
<b>Total</b>	<b>2.817</b>	<b>(658)</b>

## 24. Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receita de aplicações financeiras	637	537
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	1.387	1.606
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.673	16.286
Outras receitas financeiras	1.055	92
<b>Total receita financeira</b>	<b>6.752</b>	<b>18.521</b>
Encargos de dívidas - juros	(3.154)	(2.740)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(5.512)	(2.900)
(-) Transferência para ordens em curso	189	210
Ajuste valor presente ativo	1	(1)
Marcação a mercado derivativos	(1.520)	1.351
Instrumentos financeiros derivativos	3.974	1.644
Comissão de aval	(682)	-
Outras despesas financeiras	(1.145)	(1.434)
<b>Total despesa financeira</b>	<b>(7.849)</b>	<b>(3.870)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>(1.097)</b>	<b>14.651</b>

## 25. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores:	6.867	14.031
Média ponderada das ações	<u>13.630</u>	<u>13.387</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>503,82</u>	<u>1.048,11</u>

## 26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2013	2012
Riscos Nomeados	23/10/2014	35.321	38	42
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2014	50.600	26	27
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2014	Até R\$360 mil / veículo	17	20
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2014	9.538	43	38
			<u>124</u>	<u>127</u>

### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais

incorridos.

#### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

### 27. Arrendamento mercantil

A Companhia possui veículos, registrados no intangível, já totalmente amortizados, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil financeiro, totalmente liquidados.

### 28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	4.927	4.927	5.260	5.260
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.075	4.075	3.907	3.907
Consumidores e concessionárias	14.409	14.409	14.991	14.991
Títulos de créditos a receber e outros	266	266	373	373
Conta a receber da concessão	84.182	84.182	68.786	68.786
Instrumentos financeiros derivativos	7.708	7.708	4.082	4.082

PASSIVO	2013		2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	7.333	7.333	7.283	7.283
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.	61.066	61.066	55.212	56.636

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNDES, e empréstimos com bancos comerciais, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse o FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado



## Resultados de 2013

Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia, tendo sido a última revisão em 20/12/2012) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do exercício é o seguinte:

	2013	2012
Dívida (a)	61.066	55.212
Caixa e equivalentes de caixa	(4.927)	(5.260)
Dívida líquida	56.139	49.952
Patrimônio líquido (b)	60.660	58.509
Índice de endividamento líquido	0,93	0,85

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	7.217	-	-	-	116	7.333
Empréstimos e financiamentos	12.591	23.248	22.748	6.994	4.586	70.167

### b) Risco de crédito

A Administração da controladora avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração da Companhia vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	4.927	5.260
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	4.075	3.907
Consumidores e concessionárias	14.409	14.991
Títulos de créditos a receber e outros	266	373
Conta a receber da concessão	84.182	68.786
Instrumentos financeiros derivativos	7.708	4.082

O detalhamento desses créditos, estão apresentados nas notas explicativas nº 5, 6, 7, 14 e 28.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com alta de 15% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,3426/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2013 era de 11,5%, enquanto em 31 de dezembro de 2012 era de 6,00%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, de R\$61.110 (R\$55.262 em 2012), R\$41.615 (R\$36.558 em 2012) estão representados em dólares, provenientes de US\$17,9 milhões (US\$17,7 milhões de principal) de empréstimos captados junto ao Bank of America Merrill Lynch, Itaú BBA e Citibank com vencimento de curto e longo prazo (vencimentos entre fev/14 e dez/15) e custos de até US\$ mais 3,2466% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 apresenta no ativo não circulante R\$7.708 (R\$4.082 em 2012), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos

## Resultados de 2013

na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. A medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão dos lançamentos de marcação a mercado ora refletido nas demonstrações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar, poderá implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados a variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

Dívida	Notional (USD)	Custo Financeiro	Vencimento	Limitador
Loan 4131 Citibank P. Ativa P. Passiva	8.250	Libor + 2,25% 91,5% CDI	30/09/2014	2,9633(Set -14)
Loan 4131 BAML P. Ativa P. Passiva	4.000	Libor + 2,45% 102,0% CDI	18/02/2014	2,8196(Fev -14)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	3.000	VC + 4,33% 100,0% CDI	17/08/2015	2,85(Ago-15)
Loan 4131 Itaú BBA P. Ativa P. Passiva	2.410	VC + 3,82% 110,5% CDI	28/12/2015	2,95(Dez-15)

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Neste sentido, em 13 de setembro de 2013, a administração da Companhia elevou os limitadores com vencimento no ano de 2014 dos swaps associados aos empréstimos em dólar, de forma a minimizar o risco de perdas por alta do dólar, caso o mercado se torne turbulento por circunstância das eleições presidenciais e outros eventos no mercado local e externo. Os novos limitadores dos swaps podem ser vistos no quadro abaixo:

Distribuidora	Vencimento	Notional (US\$ mil)	Strike Anterior	Strike Atual (pós ajuste)
NOVA FRIBURGO	18/02/2014	4.000	2.6500	2.8196
NOVA FRIBURGO	30/09/2014	8.250	2.9170	2.9633

Em consonância com a Deliberação CVM nº 550/08, revogada pela Deliberação CVM nº 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2013 e 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2013	2012		2013	2012
Swap com opções - Itaú BBA, Santander, Merrill Lynch e Citibank	Nocional (BRL)		Posição Ativa Moeda Estrangeira- USD e LIBOR	49.361	44.892
	39.913	39.913	Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(40.634)	(40.481)
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.019)	(329)
			Posição Total Swap Com Opções	<b>7.708</b>	<b>4.082</b>

O Valor Justo dos derivativos efetuados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps), essas taxas estão dispostas abaixo com periodicidade mensal e abrangem o período de 2 de janeiro de 2014 até o vencimento de todas as operações de derivativos. A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BMF.

- **Análise de Sensibilidade**

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

### (1) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimos	41.615		5.680	(12.262)	(30.204)
<b>Swap com Opções</b>					
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	49.361		40.589	50.737	60.884
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(40.634)	Alta do US\$	(33.640)	(33.640)	(33.640)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.019)		-	(1.894)	(11.619)
<b>Total</b>	<b>49.323</b>		<b>12.629</b>	<b>2.941</b>	<b>(14.579)</b>

(1) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$12.629, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presentes positivo de R\$2.941 e negativo de R\$14.579, respectivamente.

#### a) Variação das taxas de juros:

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2013, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,47% e TJLP = 5% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	7.277	Alta CDI	765	956	1.148
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(4.030)	Alta CDI	(425)	(531)	(637)
	(8.616)	Alta TJLP	(451)	(564)	(677)
Subtotal	(12.646)		(876)	(1.095)	(1.314)
<b>Total</b>	<b>(5.369)</b>		<b>(111)</b>	<b>(139)</b>	<b>(166)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2014 (10,47% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2013 e a TJLP 5% a.a

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$41.615

## Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	2013	2012
<b>Ativos</b>			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	4.075	3.907
Instrumentos financeiros derivativos	2	7.708	4.082
Contas a receber da concessão	3	84.182	68.786

## 29. Benefícios a empregados

### a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida. No exercício de 2013, as despesas de patrocínio do plano foram da ordem de R\$157 (R\$135 em 2012).

### b) Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$569 (R\$566 em 2012) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão no passivo circulante R\$99 (R\$115 em 2012) e no não circulante R\$470 (R\$451 em 2012).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2013	2012
		Ajustado
Valor presente das obrigações atuariais	576	615

Valor justo dos ativos do plano	(7)	(49)
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	<b>569</b>	<b>566</b>

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial:

	2013	2012
		Ajustado
Passivo atuarial líquido no início do ano	566	313
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	110	68
Outros resultados abrangentes	(107)	185
Passivo atuarial líquido no final do ano	<b>569</b>	<b>566</b>

Conciliação do valor presente das obrigações em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	2013	2012
Valor presente das obrigações no início do ano	615	332
Benefícios pagos	-	(38)
Juros sobre obrigação atuarial	54	39
Custo do serviço corrente (com juros)	60	32
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(153)	250
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<b>576</b>	<b>615</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2014, segundo critérios da Deliberação 695 da CVM:

	2014	2013
Custo do serviço corrente (com juros)	48	61
Juros sobre as obrigações atuariais	41	54
Remensuração do custo financeiro	10	-
Total da despesa bruta a ser reconhecida	<b>99</b>	<b>115</b>

### c) Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de as despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2013, as despesas com esse benefício foram de R\$346 (R\$268 em 2012).

## 30. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia - reais mil	
Vigência	2014
2014 (*)	49.560

(\*) Os contratos com a Ampla são renováveis a cada triênio.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013.



- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

### 31. Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

---

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

### 32. Meio ambiente

---

A Energisa Nova Friburgo trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios e comitês de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro.
4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

No exercício de 2013, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$8.030 (R\$4.682 em 2012), sendo R\$7.053 (R\$3.767 em 2012) alocados no ativo imobilizado e R\$977 (R\$915 em 2012) em despesas operacionais.



As informações não financeiras não foram examinadas pelos auditores independentes.

### 33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	2013	2012
<b>Atividades operacionais</b>		
Contas a receber da concessão	11.868	4.973
Atualização contas a receber da concessão - VNR	3.673	16.286
Fornecedores	406	876
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	1.093	1.178
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos	498	92

### 34. Evento subsequente

Em Assembleia Geral Extraordinária de 06 de fevereiro de 2014, foi aprovada a contratação de empréstimo no valor de US\$4.000, com vencimento em 05 de março de 2015, com taxa de juros anual equivalente à taxa Libor mais 2,35% junto ao Bank of America N.A. e em conformidade com o artigo 16, parágrafo quinto, do Estatuto Social da Companhia, foi autorizado a emissão de nota promissória em favor da instituição bancária em valor correspondente a 120% do empréstimo. A operação possui aval da controladora.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A.  
Nova Friburgo - RJ**

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Ênfase

#### *Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012*

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.3, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações dos resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido, para o exercício findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### *Demonstrações do valor adicionado*

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 que incluem o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentado para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012.

Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e/ou sobre o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião, nem nenhuma forma de asseguarção sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4

*Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:*

- ✓ **Maurício Perez Botelho**  
Diretor de Relações com Investidores  
E-mail: [mbotelho@energisa.com.br](mailto:mbotelho@energisa.com.br)
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**  
Diretor de Finanças Corporativas  
E-mail: [claudiobrandao@energisa.com.br](mailto:claudiobrandao@energisa.com.br)
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**  
Gerente de Relações com Investidores  
E-mail: [caurelio@energisa.com.br](mailto:caurelio@energisa.com.br)
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**  
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902  
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**  
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000  
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)**  
E-mail: [stockinfo@energisa.com.br](mailto:stockinfo@energisa.com.br)